

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SANTARÉM, 2º visconde de (Manuel Francisco de Barros e Sousa da Mesquita de Macedo de Leitão e Carvalhosa) (18/11/1791 - 17/1/1856)

O 2º visconde de Santarém nasceu em Lisboa a 18 de Novembro de 1791, na rua da Paz e morreu em Paris a 17 de Janeiro de 1856, na rue Blanche, aos sessenta e cinco anos incompletos. Recebeu o título a 6 de Fevereiro de 1818, por ocasião da coroação de D. João VI.

Era filho do 1º visconde de Santarém, João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa (1757-1818) e de Mariana Rita Xavier Porcille O'Kelly Ribeiro Rangel (1773-94), senhora de ascendência irlandesa e italiana. Entre os antepassados paternos contavam-se, desde a Idade Média, múltiplos servidores da Coroa portuguesa, a nível doméstico, militar, judicial e diplomático. Entre os maternos, no século XVIII, um governador irlandês de Chaves e um juiz-conservador da nação holandesa e desembargador da Casa da Suplicação.

O pai, o 1º visconde de Santarém, exerceu um papel oficioso, mas decisivo, na vida político-administrativa portuguesa entre 1807 e 1818 (o ano da sua morte): era então um «verdadeiro Secretário-Geral da Casa Real», na expressão de José Sarmento de Matos (in *Uma Casa na Lapa*, p. 182). Foi alvo de pressões por parte de Massena (1804) e de ameaças de morte por parte de Junot (1808); padeceu da mesma doença que atingiu o regente D. João aquando da Conspiração dos Fidalgos (1806); e ao longo dos anos os governadores do reino e o próprio marechal-general Beresford solicitaram-lhe conselhos, neste caso aquando da conspiração de Gomes Freire de Andrade (em 1817).

A infância e juventude de Manuel Francisco de Barros beneficiaram muito do ambiente cultivado e erudito da casa paterna, onde a livraria da família remontava ao século XVI. Nessa mesma residência conviveu com o tio, D. António Roberto de Barros Leitão e Carvalhosa (1763-1829), formado em Cânones pela Universidade de Coimbra (1788), arcebispo de Adrianópolis (1811) e par do reino nominal, embora não efectivo (1826).

A passagem pelo ensino formal resumiu-se à frequência e conclusão dos estudos preparatórios no Colégio dos Nobres, então dirigido por Ricardo Raimundo Nogueira (1746-1827). É possível que o jovem estudante desejasse frequentar cursos de Filosofia e de Ciências Naturais em Coimbra ou em alguma capital europeia, como Viena e São Petersburgo; mas a iminência da primeira invasão francesa levou-o a acompanhar o príncipe regente na partida para o Brasil.

O percurso pessoal deste historiador foi marcado por três universos mentais e culturais diferentes e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

complementares: o da domesticidade régia; o dos manuscritos e impressos da coroa; o da Secretaria dos Negócios Estrangeiros.

A importância do universo doméstico e íntimo da família real nas décadas de 1790 a 1830 para a política, cultura e diplomacia nacionais não deve, em minha opinião, ser diminuída. Figuras tidas por validos de D. João VI, casos dos primeiros viscondes de Santarém, Vila Nova da Rainha e do Rio Seco (este último marquês brasileiro de Jundiá) tiveram junto do soberano uma influência estratégica considerável, muito para além do que meras amizades pessoais entre príncipe e servidores poderiam explicar. Influência essa muito bebida pelo historiador através do seu pai e de Vila Nova da Rainha, seu tio por afinidade.

Em contrapartida, pouco ou nada se sabe do período de vinte meses durante os quais o futuro 2º visconde de Santarém exerceu, ele próprio, funções como guarda-roupa do príncipe D. Pedro, mais tarde imperador do Brasil, rei e regente de Portugal. Apenas que em Junho de 1809 foi afastado do serviço em consequência de ter contraído bexigas, doença geralmente mortal na época. O que lhe permitiu dedicar-se, nos anos seguintes, a estudar e a organizar apontamentos pessoais, bem como cópias e resumos de documentos, relativos às cortes tradicionais portuguesas e às relações diplomáticas de Portugal com as demais potências (começando pelas estabelecidas com Espanha).

Isto, lembre-se, numa época em que as ingerências político-militares da Coroa portuguesa na província cisplatina (futuro Uruguai) e na Guiana Francesa serviam para contrabalançar a recusa espanhola na devolução de Olivença e as sucessivas vagas invasórias francesas. Por outro lado, no Rio de Janeiro, D. João era regente sem reunião de cortes, na impossibilidade de D. Maria I governar. Em Madrid, reinava José Bonaparte, prisioneiros que estavam Carlos IV, Fernando VII e restante linha sucessória masculina, desejando D. Carlota Joaquina comprovar os seus direitos pessoais à coroa, como intentou junto das cortes de Cádiz (1812).

É neste enquadramento político-diplomático, vigente até à morte do conde de Linhares, em 1812, que Santarém desenvolveu uma verdadeira paixão pela diplomacia, pela história e pelas fontes. Tal valorização neoclassicista dos documentos e monumentos históricos era visível em Portugal nas décadas anteriores, desde a reforma dos estudos pombalinos (1772) e a fundação da Academia das Ciências de Lisboa (1779). Porém, o exílio do abade Correia da Serra (em 1795) e a invasão comandada por Junot (1807) significaram o fim do processo de recolha e inventariação de arquivos dispersos pelo reino e, num claro retrocesso, levaram mesmo à deslocalização de arquivos e de bibliotecas lisboetas, em direcção ao Rio de Janeiro. No Brasil iniciou-se então a organização dos Manuscritos da Coroa, isto é, de toda a documentação proveniente da biblioteca das Necessidades, rica em informação (muita dela secreta) e alvo de atenções redobradas por parte do regente, de Linhares e de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, o bibliotecário encarregue dessa operação. Além disso, em 1814 abrem as portas da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, com o seu acervo de obras impressas proveniente da Biblioteca da Ajuda.

É com base neste manancial de fontes e de estudos que foi possível ao futuro visconde de Santarém substanciar tanto os seus trabalhos de história diplomática e *parlamentar* de Portugal (como lhe chamaria, neste segundo caso, William Walton) quanto demonstrar capacidade intelectual para ingressar na carreira



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

diplomática. Para tal foi indispensável a reentrada de António de Araújo de Azevedo (o conde da Barca) nos Negócios Estrangeiros portugueses, pois seria graças a este mecenas da cultura e das artes, patrono de académicos e de diplomatas, que o visconde de Santarém serviu oficiosamente aquela instituição, ao longo de um percurso diplomático e historiográfico que teve tanto de tortuoso quanto de conjuntural.

Assim, de 1814 e até à sua morte, em 1856, a ligação do visconde com a história de Portugal passou muito pelos Negócios Estrangeiros. Nesta Secretaria de Estado não existia, naquela primeira data, um arquivo histórico estruturado. Nem repartições responsáveis quer pelo protocolo, quer pelo apoio documental às negociações de limite territoriais. Santarém supriu, de forma avulsa, alguns desses vazios, nos anos de 1814 e de 1817 a 1819.

Mais, ainda: graças à influência dos secretários de Estado conde da Barca e marquês de Aguiar (em 1814-1817) e do seu próprio casamento na família dos condes da Ponte (em 1816), o futuro historiador teve acesso à documentação de cartórios de casas tituladas e de arquivos de estadistas – acesso esse essencial na organização de uma colecção de documentos e de interpretações históricas sobre a política e diplomacia nacionais. Na ausência de uma preparação formal que fosse além do autodidactismo e do ensino privado ministrado à fidalguia, governantes e diplomatas, estudiosos e aspirantes à carreira pública poderiam beber em tal colecção. Nela, a glória da Coroa e da aristocracia política de sangue azul ficaria bem evidenciada, mas de uma forma equilibrada e crítica; sem que para isso o autor prescindisse do rigor diplomata e cronológico de Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) e de João Pedro Ribeiro (1758-1839), duas das principais influências intelectuais do 2º visconde de Santarém.

Por razões de vária ordem, as suas nomeações diplomáticas para o Congresso de Viena, para Estocolmo, Paris, Washington e Berlim nunca se concretizaram – apenas para Copenhaga, mas mesmo assim sem colocação efectiva no reino da Dinamarca. Os anos de 1814 a 1823 são, assim, marcados por um relativo apagamento de diplomata e de diplomata, face aos interesses de uma Secretaria de Estado que servia oficiosamente.

A consagração pública, cultural e política só surgiria com a nomeação como guarda-mor interino (1824) e depois efectivo da Torre do Tombo (1827) e, sobretudo, sob o reinado de D. Pedro IV (1826-1828), como ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros. Apenas então o labor e o estudo de quase vinte anos, informalmente desenvolvido e enquadrado, deu frutos e evidência nacional e internacional. Surgiram, em 1827-1828, duas obras essenciais para o seu pensamento: as *Memórias para a História*, e *Teoria das Cortes Gerais...* e o *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas...*

O primeiro título nasce da participação numa comissão de membros da Academia das Ciências, criada em 1821, com o fim de reunir a documentação respeitante às cortes tradicionais, a pedido das cortes ordinárias do Vintismo. A dita comissão – de que faziam parte João Pedro Ribeiro, o abade Correia da Serra e Joaquim José da Costa de Macedo, todos alinhados com o regime em vigor – acabou por se extinguir imprimindo um trabalho isolado, relativo ao braço da nobreza nas cortes de 1697. O único dos presentes que publicou um estudo similar foi o visconde de Santarém, a partir de matérias organizadas no ano de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

1824, em que fez parte de uma outra junta, esta para preparar a reunião dos Três Estados (conforme prometido por D. João VI após a Abrilada).

As regras de abertura da reunião e de juramento de D. Miguel rei, em 1828, foram decalcadas das *Memórias para a História, e Teoria das Cortes Gerais...* de Santarém. Os princípios legais e *constitucionais* das (pseudo-)cortes de Lamego de 1143, então invocados para considerar estrangeiro o ramo brasileiro dos Braganças e indispensável a deliberação dos Três Estados, foram decisivos para que a mera aclamação do infante como sucessor régio não vingasse enquanto solução política, institucional e diplomática.

A mesma forma de olhar a História e a política nacionais – a *liberdade portuguesa* herdada dos *povos lusitanos* – está consubstanciada noutro texto de Santarém, anonimamente publicado em 1832, o *Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima...*, resposta ao manifesto de D. Maria II escrito pelo marquês de Palmela e por José António Guerreiro. Toda a estratégia de reconhecimento diplomático dos direitos de D. Miguel ao trono, por parte do visconde, durante os cinco anos em que foi Secretário de Estado dos Estrangeiros (entre 1828 e 1833), assentou nessa re-encenação das cortes tradicionais por parte dos descendentes das elites e dos *eleitos* pelos povos. Tal colectivo, reunido em Junho e Julho de 1828 em Lisboa, foi visto como legítimo representante dos seus maiores, numa tradição que recuaria até à noite dos tempos, desde as primeiras escolhas colectivas dos chefes *lusitanos* Apimano, Sertório e Viriato.

Quanto ao *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas...*, também ele se baseia numa visão e relação míticas, quase sacralizantes, com os tratados e convénios entre povos e Estados. Santarém relembra que, na Grécia clássica, «os povos solenizavam a celebração de seus tratados com as mais luzidas e pomposas festividades» e que também na Roma antiga se «gravavam [os] seus tratados em colunas» (in *Quadro Elementar...*, vol. I, 1842, pp. XVI-XVII). Enquanto documentos, os tratados são vistos pelo visconde como peças fundamentais para a análise da história da humanidade e da civilização humana, mas também da identidade portuguesa. Escreverá que «os tratados e mais actos com as outras nações são os fundamentos de todas as leis políticas e civis» internas (in *Índice Geral Cronológico Sistemático...*, s.d., f. LVIII, não numerada). E que nas relações externas de Portugal «se encerram justamente a sua história, o seu Direito Público e os seus títulos de nação independente» (in *Corpo Diplomático, contendo todos os tratados...*, vol. I, Paris, 1846, p. VII).

Aliás, existe toda uma linguagem comum às obras de Santarém referentes ao Direito Público convencional português, seja o interno (as *Memórias para a História...* e o *Manifesto...*), seja o externo (os doze volumes do *Quadro Elementar...* e do *Corpo Diplomático...*). Para este historiador, é nas cortes e nos tratados que se baseavam esses dois tipos de Direito Público convencional, pré-constitucional e tradicional. Nas convenções firmadas entre corpos sociais tradicionalmente reunidos, base da legitimidade dos soberanos; e nas convenções assinadas entre Estados representados por agentes diplomáticos, credenciados segundo uma norma europeia própria.

É a partir dessa dupla legalidade, interna e externa, político-institucional e diplomática, que se pode entender o discurso triunfalista, nacionalista, anti-decadentista e etno-historicista, do visconde. Em períodos de crise nacional e de guerras civis, como aqueles que Portugal viveu das Invasões Francesas até à



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Regeneração, o esplendor dos feitos nacionais, militares, diplomáticos e geográficos é afirmado pelo visconde de Santarém – à imagem de tantos outros historiadores portugueses! – como cimento ideológico e identitário, capaz de cobrir as falhas e entalhes que as armas das facções, dos tribunos e da ignorância histórica provocavam nas muralhas do edifício português.

Olhar o documento histórico como fundamento de um discurso científico e simbólico, tradicionalista e apaziguador de diferendos internos; olhar as instituições portuguesas como transubstanciadoras do amor pela *liberdade* e independência proveniente dos povos que ocuparam o território desde pelo menos o século VI a.C. – eis um dos contributos mais decisivos do visconde de Santarém.

Poucos anos depois de Évora-Monte, os Negócios Estrangeiros portugueses recorrem de novo ao préstimo deste ex-ministro de D. Miguel. A questão de Casamansa (1836-39) foi apenas a primeira de tantas outras, relacionadas com territórios em África e na Ásia, casos de Angra Pequena, Macau, Molembo, Ambriz e Cabinda ou do enclave de Nagar-Aveli. Tornada alvo de disputas diplomáticas com a França, a foz do rio Casamansa levou diversos secretários de Estado e vários representantes portugueses em Paris e Londres a solicitarem ao visconde a elaboração de averiguações documentais (geográficas, históricas, diplomáticas e cartográficas) e de relatórios para uso institucional sobre tais matérias. O que, desencadeando em Santarém outra linha de investigação, aliás paralela à da história diplomática, acabaria por resultar em obras como a *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa de África ocidental...* (1841), com versão francesa no ano seguinte; a *Memória sobre o estabelecimento dos portugueses em Macau na China* (1845) e a *Demonstração dos direitos que tem a coroa de Portugal sobre os territórios... de Molembo, Cabinda e Ambriz* (1855).

Algumas dessas obras de defesa de direitos territoriais portugueses, alicerçadas na prioridade nacional dos descobrimentos africanos obrigaram-no, contra vontade, a envolver-se em polémicas historiográficas e cartográficas com nomes sonantes do século XIX como o luso-brasileiro Varnhagen e os franceses Avezac e Jomard. E a levar ainda mais longe o seu esforço publicista, com a edição dos monumentais três volumes do *Éssai sur l'histoire de la géographie et de la cartographie...* e as variadas tiragens do *Atlas...*, pensado para ilustrar o papel decisivo dos portugueses no conhecimento geográfico do planeta. A essas disputas com estrangeiros podem acrescentar-se, por fim, diferendos com compatriotas, a propósito da dotação das suas obras pelo governo português, da reorganização da Academia das Ciências de Lisboa em 1851 e da suposta falibilidade dos documentos colhidos fora do reino, mantidas com Costa de Macedo e com Alexandre Herculano.

Estas polémicas serviram ainda mais para desviar os esforços deste autor do seu principal objecto, o projecto de uma colecção documental diplomática portuguesa desde a fundação da monarquia até ao século XIX, projecto, aliás, tornado obra oficial em 1824 e novamente em 1842, nos reinados de D. João VI e de D. Maria II.

Apesar disso, o *Quadro Elementar...* conheceu onze volumes publicados pelo autor, até 1853. Todos os que foram editados postumamente (sete, entre 1858 e 1876), pela mão de Rebelo da Silva e de Mendes Leal, no âmbito da Academia das Ciências, significaram um desvirtuamento de propósitos e uma



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

amputação cronológica (de 1501 em diante) que os afastou irremediavelmente do projecto inicial. O mesmo sucedeu com o *Corpo Diplomático...*, título utilizado pela mesma instituição para fins semelhantes, ao serviço do que Herculano e seus seguidores quiseram impor à historiografia nacional da década de 1850 em diante: isto é, exclusivismo documental dos *Portugaliae Monumenta Historica* até ao fim do século XV e publicação de fontes a utilizar em polémicas anti-ultramontanas (como as do Padroado do Oriente, da Concordata de 1857 e a das Irmãs da Caridade).

Um véu de silêncio caiu sobre a obra de Santarém, após a sua morte, em 1856. Só com a acção do neto, o 3º titular (1878-1971), no primeiro terço do século XX, os seus escritos e correspondência foram reeditados e organizados. A intervenção decisiva do historiador na polémica oitocentista sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses, glorificada sob o Estado Novo a propósito do infante D. Henrique e da *Crónica da Guiné*, foi por um lado criticamente defendida por Joaquim Bensaúde e Armando Cortesão, mas, por outro, secundarizada por Vitorino Magalhães Godinho, em textos de 1943 e de 1962. Só com a reedição do *Atlas* e de obras escolhidas (prefaciadas por Martim de Albuquerque), em 1989 e com a publicação de trabalhos contextualizadores e problematizantes da questão, por Sérgio Campos Matos, em 1998, o trabalho multidisciplinar e crítico deste historiador, geógrafo e cartógrafo, elogiado por contemporâneos insuspeitos como Guizot, Humboldt e Navarrete, voltou a merecer a atenção da comunidade científica (veja-se, a este propósito, Daniel Estudante Protásio, 2009, pp. 256 a 313).

Bibliografia activa: Visconde de Santarém, *Memórias para a História, e Teoria das Cortes Gerais, que em Portugal se celebraram pelos Três Estados do Reino, ordenadas e compostas neste ano de 1824*, Impressão Régia, edições de 1827, 1828 e 1829, as duas primeiras com dois volumes de texto e dois de documentos; *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias...*, Impressão Régia, 1828 (1ª ed.), 1 vol; Em Casa de J.P Aillaud/Na Casa Tipográfica de Fain & Thunot, 1842-1853 (2ª ed.), 11 vols.; *Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima o Senhor Dom Miguel I, Rei de Portugal e dos Algarves, e seus domínios. Edição Oficial*, Lisboa, Impressão Régia, 1832 (publicado sem referência a autor); *Memória sobre a prioridade dos Descobrimientos portugueses na costa d'África Ocidental, para servir de ilustração à Crónica da Conquista da Guiné por Azurara*, Paris, na Livraria Portuguesa de J.P. Aillaud/Na Oficina Tipográfica de Fain & Thunot, 1842; *Corpo Diplomático português, contendo todos os tratados de paz, de aliança, de neutralidade... e outras transacções entre a coroa de Portugal e as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia até aos nossos dias*, Paris, Em Casa de J.P Aillaud/Na Casa Tipográfica de Fain & Thunot, 1 vol, 1846; *Atlas composé de mappemondes, de portulans et de cartes hydrographiques et historiques depuis le VI jusqu'au XVII siècle, pour la plupart inédites [...] devant servir de preuves à l'Histoire de la Cosmographie et de la Cartographie pendant le moyen-âge et à celle des progrès de la géographie, après les découvertes maritimes et terrestres du XV siècle, effectuées par les portugais, les espagnols, et par d'autres peuples...*, Paris, Imprimerie Maulde & Renou, 1849, com 80 estampas e 146 monumentos cartográficos; *Éssai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le moyen-*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

âge... pour servir d'introduction et d'explication à l'atlas..., Idem, 3 vols, 1849, 1850 e 1852; outras fontes: *Índice Geral Cronológico Sistemático para o Corpo Diplomático Português...*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, vol. 971, s.d.; Idem, *Quadro Elementar...*, vol. I, Paris, Em Casa de J.P Aillaud/Na Casa Tipográfica de Fain & Thunot, 1842; Idem, *Corpo Diplomático...*, vol. I, Paris, Idem, 1846; William Walton, *a Letter adressed to Sir James Mackintosh*, Londres, John Richardson, 1829.

Bibliografia passiva: Ângelo Pereira, *D. João Príncipe e Rei*, volume I, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953; Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992 (2ª ed.); José Sarmento de Matos, *Uma Casa na Lapa*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/Quetzal Editores, 1994; Luís Joaquim dos Santos Marrocos, *Cartas do Rio de Janeiro. 1811-1821*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008; Daniel Estudante Protásio, *O 2º Visconde de Santarém - Pensamento Histórico e Acção Política (1809-1855)*, dissertação de doutoramento apresentada em provas públicas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009 (texto policopiado); Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI o Clemente*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.

Daniel E. Protásio



APOIOS:

